

Dívida e explosão social

A advertência do ministro da Fazenda, Mílson da Nóbrega, de que a América Latina poderá ser vítima de um processo social explosivo, caso perdurem nos níveis atuais as transferências de recursos ao exterior, remete ao espaço adequado, o político, a discussão sobre a dívida externa. Já não é mais possível considerar os compromissos pendentes das nações do Terceiro Mundo, principalmente as da América Latina, como simples equação financeira, a ser resolvida pela satisfação regular dos juros e resgates de parcelas no vencimento.

Estão aí as graves turbulências ocorridas na Venezuela, com saldo de quase trezentas mortes, para demonstrar que o problema escapa ao domínio das relações financeiras para converter-se em foco de fermentação social incontrolável. Como se sabe, a revolta popular no país vizinho teve origem na política econômica prescrita pelo Fundo Monetário Internacional, ali imposta como pré-condição para o deferimento de ajuda na solução dos problemas gerados pela dívida.

O tratamento político para a questão não é uma reivindicação nova. Já em 1985, perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, o presidente Sarney advertiu a comunidade internacional para a necessidade de mudança profunda nas relações financeiras mundiais, de modo que a dívida fosse encarada como um impasse a ser desatado

pelo concurso multilateral de devedores e credores. A volta agora ao tema é um expediente político utilizado pelo ministro da Fazenda destinado a repercutir no âmbito da 30ª Assembléia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento convocada para Amsterdã. É aí que o governo norte-americano, através do subsecretário do Tesouro, David Mulford, dará conhecimento dos termos estruturais do Plano Brady, que objetiva reduzir os encargos da América Latina relativos à dívida.

No caso específico do Brasil, desde 1982 há virtual estagnação econômica. A drástica redução dos níveis de investimento, em consequência da remessa ao exterior de quase todas as suas poupanças em divisas, não poderia operar outro efeito. Nos últimos cinco anos, nada menos de US\$ 60 bilhões foram drenados para as burras dos bancos internacionais só a título de pagamento de juros. Tal encargo representou, no período de vinte anos, o dobro do valor atual da dívida, já próximo dos US\$ 120 bilhões. E pensar que o País precisa de inversões anuais mínimas de US\$ 10 bilhões para expandir o mercado de trabalho pelo menos até o limite do crescimento demográfico.

É evidente que semelhante sangria financeira não poderá prosseguir sem que o País sucumba à irremediável debilitação econômica e, nesse passo, seja tragado pela explosão social.